



BERNARDINA RICH (1872-1942): UMA PROFESSORA E INTELLECTUAL NEGRA EM CUIABÁ NA PRIMEIRA REPÚBLICA

Nailza da Costa Barbosa Gomes
Universidade Federal de Mato Grosso
nailzabarbosa@bol.com.br

No discurso intelectual brasileiro sobre o futuro da nação, desde meados do século XIX até os primeiros anos do século XX, circulavam idéias pessimistas em relação à população brasileira em função de sua heterogeneidade racial. Várias foram as teorias desenvolvidas naquele momento e, a ideologia do “branqueamento” foi uma delas. Aceita por muitos intelectuais, a exemplo de José de Oliveira Viana (1883-1951), o mesmo afirmava que o Brasil alcançaria sua “pureza étnica” somente através da miscigenação. Segundo (TELLES, 2003, p. 46), “[...] esperava-se que os imigrantes brancos acabassem se mesclando à população nativa de modo a diluir a grande população negra”.

Nas obras de Gilberto Freyre, sobretudo *Casa Grande e Senzala* (2004a) e *Sobrados e Mucambos* (2004b), o autor representava a crença num Brasil mestiço, postulando a existência da mestiçagem como “caráter nacional”. Partia do pressuposto que não havia raças superiores nem inferiores, criando deste modo, o “mito da democracia racial”, a partir do qual, para todos os efeitos, não havia racismo no país.

Quando se passou a admitir que o povo foi formado por três raças, o branco, o negro e o índio, estabeleceu-se a idéia equivocada de que ocorreu uma socialização espontânea e natural. Constituiu-se a camuflagem do racismo, que se tornou perigosa a ponto de se vitimarem negros e mestiços. (PAULA, 2005, p. 191), avaliando essa questão, assegura: “[...] esta ‘invisibilidade’ do racismo brasileiro enfraquece as ações de luta contra as manifestações discriminatórias”.

Quando é posto que há união e igualdade entre as “raças”, elimina-se a realidade da ocorrência do conflito e pode-se pensar que, desde o início do processo colonizador, reinou a “cordialidade” na interação entre colonizadores e colonizados. Dessa forma, conclui-se que as diferentes posições hierárquicas entre negros e brancos devem-se única e exclusivamente à

capacidade de cada um, ou seja, se os negros ocupam posições sociais inferiores é porque sua “capacidade” e seu empenho assim o determina.

Florestan Fernandes, ao longo de suas produções, principalmente nas dos anos de 1950 e 1960, demonstrou haver, a partir de análises de caráter histórico e de dados gerados pelos censos demográficos sobre “raça” e força de trabalho, uma nítida desigualdade social entre brancos e negros no Brasil. Verificou que, quanto mais próximo da “raça” negra, mais provavelmente o indivíduo se situaria nas camadas pobres da população. Excluídos das ocupações, os negros e os mulatos estavam “condenados a vegetar socialmente” e, com a teoria do “branqueamento”, segundo o autor, foram ampla e irremediavelmente prejudicados em pelo menos três aspectos:

No nível biológico, algo pior que o “déficit negro” e seus prováveis fatores ou efeitos, são as desvantagens da “população de cor” para assegurar o seu equipamento genético. No nível psicológico, os negros e os mulatos viam-se impossibilitados de ajustar suas atitudes, seu comportamento e sua personalidade aos requisitos da “sociedade competitiva”. No nível cultural, estavam praticamente condenados a manipular conhecimentos e técnicas [...] associados à satisfação urgente das “necessidades básicas.” (FERNANDES, 1978, p. 225).

Assim, a sociedade colocou a “população de cor” diante de uma duríssima opção: ou seus componentes absorviam as técnicas culturais vigentes, ou se condenavam a eternizar a situação à qual foram submetidos. Os negros e os mulatos, na visão de (FERNANDES, 1978), estavam à margem da eclosão social competitiva, devido à herança escravista, que se tornava cada vez mais incompatível com a sociedade urbanizada, industrializada e conseqüentemente dividida em classes.

Além da questão racial, ser mulher no Brasil desde o Período Colonial era ser enquadrada nos parâmetros da família patriarcal, retratada por (GILBERTO FREYRE, 2004a). O autor aponta a participação das mulheres indígenas, brancas e negras dentro daquela sociedade. Acerca da índia (FREYRE, 2004a, p. 162) diz: “a mulher gentia temos que considerá-las não só a base física da família brasileira [...] é o mais valioso elemento da cultura, pelo menos material, na formação brasileira”.

Para as mulheres brancas o casamento era a principal opção, sendo que, ainda menina, aos doze, treze anos de idade, normalmente contraíam matrimônio com homens bem mais velhos. Muitas delas morriam no parto, pois tinham uma estrutura física ainda infantil. As mulheres brancas eram vistas de maneira submissa, passiva, ociosa, submetida à dominação dos pais e/ou dos maridos.

Quanto às mulheres negras-escravas, estas recebiam destaques somente em seu papel de amas-de-leite e responsáveis pela formação das crianças da casa-grande. Ainda que, a presença marcante das amas-de-leite na criação dos bebês brancos muitas vezes foi sentida como algo que “desvirtuava” as crianças. De igual maneira, temia-se que as cantilenas de ninar, geralmente entoadas em sua língua nativa, evocando mitos e personagens africanos, tidos como oriundos de credices lançassem as sementes da ignorância e da estupidez nas almas dos pequenos.

Mas as mulheres negras não ficaram reduzidas aos limites da casa-grande e da lavoura. De fato, quando conseguiam a alforria, estabeleciam algum negócio, conquistando o controle do chamado comércio a retalho. Ofereciam mercadorias em suas quitandas e tabuleiros vendendo os mais variados produtos. Circulavam pelas ruas, logo se apropriando dos centros urbanos, ganhando autonomia em suas atividades e articulando estratégias de resistência. (SCHUMAHER; BRAZIL, 2007, p. 65): “A presença das quitadeiras na história brasileira ecoa de norte a sul do país, pois em todos os municípios tem feiras e em todos os dias. Muitos desses mercados guardam características da mais profunda africanidade no Brasil”.

O movimento feminista, na virada do século XIX para o XX aproveitou-se do mesmo argumento dos ideólogos do Estado Nacional, quanto à valorização da maternidade, para defender a igualdade entre os sexos e sua inserção na esfera pública. Algumas mulheres foram exemplos da luta feminista oitocentista por educação e instrução, destacando-se nomes como os de Narcisa Amália, Carmem Dolores e, mais tarde, Júlia Lopes de Almeida, entre outros. Elas escreviam em jornais, periódicos e algumas publicaram livros, visando esclarecer as leitoras, dar-lhes informações, incentivando-as a fazerem reivindicações objetivas. Algumas feministas chegavam a afirmar “[...] que a mulher é mais bem dotada que o homem para os estudos, porque possui paciência.” (TELLES, 2007, p.427).

As mulheres brancas começaram a ter a oportunidade de receber instruções escolares e, tão logo aprendiam ler e escrever, já podiam ensinar. Nesse contexto, algumas mulheres negras, sobretudo as livres, começaram a receber algumas instruções e, de igual maneira, puderam aplicar seus saberes como professoras.

De acordo com (GOMES, 2004) ao se tornarem professoras, essas mulheres “saem dos seus lugares”, aqueles determinados pelo pensamento sexista e racista, e escapam das condições socioeconômicas da maioria da população negra no Brasil, submetida à casa dos patrões, no cargo de doméstica.

A necessidade de ser liberto ou de usufruir a cidadania quando livre, tanto durante os períodos do Império quanto nos primeiros anos da República, aproximou as camadas negras da apropriação do saber escolar [...] embora não de forma massiva. (CRUZ, 2005, p. 27).

A mudança conquistada pelas mulheres negras, da submissão do subemprego ao exercício do magistério, representa uma espécie de fuga da representação social que lhes fora destinada. Ao escolherem essa profissão, além de assumirem uma responsabilidade maior em desmistificar as “verdades” preconceituosas, racistas e sexistas postas pela sociedade, conseguem romper com uma história de exclusão que lhes fora imposta por anos. Segundo (GOMES, 2004, p. 6), “[...] é um processo complexo que, assim como os outros processos identitários, se constrói gradativamente, envolvendo desde as primeiras relações estabelecidas no grupo social mais íntimo, até a socialização nos outros tempos/espços sociais”.

Neste contexto viveu a protagonista desta pesquisa. Bernardina Rich, mulher, negra, intelectual, professora, foi apresentada pelo Recenseamento realizado em 1890, como parda. Nesse mesmo levantamento, registrou-se que em Cuiabá havia apenas um professor negro; os demais foram identificados como pardos. Qual o fator causador da ocultação de sua real condição racial?

O tema da inferioridade racial completa-se assim com a idéia de que o negro não se relacionava socialmente [...] era um degenerado por natureza [...] Quanto ao mulato, [...] era freqüente que ele continuasse apático e preguiçoso, mas muitas vezes ele sabia trabalhar e lutar a ponto de conquistar importantes postos na sociedade. (AZEVEDO, 1987, p.80).

Percebe-se que, naquele momento, ela havia sido submetida às regras do “branqueamento” para, só assim, ser “tolerada” no meio social ao qual se dispunha ocupar.

[...] as designações de cor nos documentos do século XIX não podem ser tomadas como expressão exata da cor-da-pele dos indivíduos, posto que constituíam construções sociais fluidas e representações ambíguas, nas quais a etnia e as condições de lugar e *status* social estavam indissociavelmente ligadas. (GONDRA; SCHUELER, 2008, p. 244-245).

Bernardina Maria Elvira Rich, nascida em Cuiabá no dia 10 de março de 1872, filha de Constança Maria Jarcem, quitandeira e pai não declarado. Sua história de vida foi marcada por estereótipos os quais, foram por ela superados, à medida que conquistou “lugares”, em geral, não ocupados por mulheres, especialmente por mulheres negras. Viveu numa sociedade de transição do século XIX para o XX e por mais difícil que pudesse ter sido mulher, negra e de poucas posses, não permitiu que isso fosse motivo para deixá-la no anonimato.

No ano da abolição da escravatura no Brasil (1888) ela já pleiteava uma vaga de professora primária em concurso, uma vez que, mesmo ainda muito jovem com apenas dezesseis anos, já possuía o título de normalista. Neste concurso, concorria com apenas uma candidata branca. Após os trâmites do processo incluindo provas escritas, prova oral e vários documentos a serem entregues, entre eles uma declaração de conduta moral, para ela, expedida pelo delegado de polícia e, para sua concorrente pelo presbítero da cidade. Percebe-se que a procedência profissional de quem fornecera a declaração de conduta moral foi bem distinta. Para uma o presbítero e para a outra o delegado. De fato, eram homens que ocupavam posições de autoridade na sociedade, porém, tinham funções bem diferentes: um é representante espiritual/religioso e o outro é responsável pela segurança e ordem pública.

Para o atestado de saúde, a declaração da concorrente branca foi concedida constando que “gozava de boa saúde, não sofrendo moléstia alguma de natureza contagiosa”. No atestado de saúde da candidata negra, o médico Atestou que, “D. Bernardina Maria Elvira Rich não sofre de moléstia alguma, é bem desenvolvida e foi vacinada”. A procedência das declarações, por si, já indicam parâmetros diferentes para atestar a saúde das candidatas, parecendo ser importante para uma ser vacinada, enquanto que para a outra aparentar aspecto saudável já era o suficiente.

Ao final, ambas foram consideradas aptas para o cargo, mas, a candidata branca foi indicada para assumir a vaga. Vale destacar neste caso, que nada impossibilitou Bernardina Rich de pleitear a vaga, visto que, igualmente a sua concorrente, possuía todas as condições necessárias para tal. No entanto, testada a sua capacidade intelectual, concluiu-se que causara certa *estranheza* ver uma pessoa de *cor* e ainda muito jovem, com um preparo além das expectativas, especialmente dado o período em questão.

[...] Onde os direitos e os deveres sociais se objetivassem em conexão com a condição racial das pessoas, estas não só deveriam “conhecer o seu lugar”; mas, ainda, saber mostrar-se à altura dele, agindo e vivendo de acordo com as conveniências, as obrigações ou as imposições dele decorrentes [...] A cor servia como ferrete, que identificava o “preto” e, atrás dele, aquela parte da “gentinha” procedente do eito e da senzala – ou seja, da subordinação infamante e sem limites do estado servil. (FERNANDES, 1978, p. 279-280).

Isso não a fez desistir, pelo contrário, lutou pelos seus direitos e, em 1890 tomou posse como professora primária do estado de Mato Grosso. Bernardina Rich vivenciou o processo da “feminização” do magistério em Cuiabá, na Primeira República. Com o intuito de ajudar a formar o “cidadão moderno”, ela se pôs à frente de vários projetos em favor das condições

humanas da população mato-grossense. Entre eles, buscava reverter a situação das mulheres, que, na “letargia paralisante” do sistema, ainda caminhava a passos lentos.

Segundo o Relatório da Instrução Pública de 9 de outubro de 1899, o Governo determinou que a professora fosse removida, da Escola Elementar do sexo masculino da capital, para a Escola Elementar do sexo feminino da Vila de Nioac¹. Com este ato encontramos mais uma das facetas do racismo? Bernardina se recusou a acatar a decisão pela remoção e permaneceu na cidade de Cuiabá. Há registros² que em 1913, existia um colégio particular, chamado *8 de Dezembro*, dirigido pela professora Bernardina Rich, contando com 112 alunos matriculados e 108 alunos frequentes, na data de 15 de março de 1913. Os documentos encontrados com referência a esse estabelecimento e sua diretora têm como marco cronológico final o ano de 1920. Já em 1921, seu nome aparece exercendo essa mesma função, nos registros referentes à outra escola, a Quarta Escola Isolada do sexo masculino³.

Fez de sua casa, também um lugar de instrução, um espaço artístico e cultural promovendo *saraus* dançantes e literários, tocava piano, violão e violino. Pelo Recenseamento do ano de 1890, conta-se que em sua casa residiam dezenove pessoas, entre elas estavam a sua mãe, um irmão chamado Joaquim Rich e os demais eram todos agregados, variando em idades que iam desde a primeira infância até idosos.

A filantropia era sua atividade diária, fazia parte da Irmandade de Nossa Senhora da Conceição ligada à Igreja Católica. Segundo depoimentos de pessoas que a conheceram, em sua casa existia um quarto somente com donativos, ali estavam: alimentos, vestimentas, brinquedos, cobertores para atender às pessoas necessitadas que lá fossem procurar ajuda. Os recursos advindos do seu trabalho eram destinados às despesas desta grande casa que mantinha e, para as obras de caridade que sempre se dispunha em tomar à dianteira.

Por muitos anos esteve à frente da *Liga* que prestava assistência aos *Lázaros*, uma Instituição criada com o objetivo de ajudar aos hansenianos na época chamados de leprosos, pessoas condenadas à morte, porque para a medicina esta doença era altamente contagiosa e incurável. Encaminhava os doentes ao Hospital São João dos Lázaros em Cuiabá e lá prestava toda assistência até mesmo como “enfermeira” zelando pela higiene, fazendo curativos, e alimentando os enfermos. O objetivo da *Liga* também era dar assistência às famílias órfãs. Foi

¹ Atualmente município de Nioaque localizado no Mato Grosso do Sul a cerca de 800 km de Cuiabá.

² Relatório da Instrução Pública de 1913 – Do Ensino Particular em Cuiabá. (APMT).

³ Relatório da Instrução Pública, março de 1921 – Quadro das escolas e seus respectivos professores. (APMT).

diretora geral da *Liga Pró-Lázaros* por muitos anos e, desta forma, organizava eventos envolvendo toda a cuiabania e requerendo das autoridades melhorias para o tratamento dos doentes e das condições de vida das respectivas famílias.

A Liga engajou-se ao programa da Federação das Sociedades de Assistência aos Lázaros e Defesa contra a Lepra, uma entidade organizada nacionalmente para unir à prática assistencialista que até então se desempenhava junto aos portadores da doença um esclarecimento profilático, numa tentativa de erradicar definitivamente o mal. [...] Promoveu campanhas beneficentes para buscar o êxito de seu objetivo. (NADAF, 2005, p. 265-266).

Utilizando-se de seu prestígio e com elevada dedicação conseguia fazer muito pelos seus. Era convidada a participar dos eventos envolvendo a alta sociedade local. Sua presença era bastante requisitada como madrinha de casamentos. Embora nunca tivesse se casado e nem tivesse filhos biológicos.

Mostrava-se sempre preocupada com os problemas sociais e políticos, principalmente ligados às condições das mulheres. No ano de 1916, juntamente com um grupo de jovens normalistas e algumas senhoras simpatizantes do feminismo, Bernardina Rich colaborou com a criação de uma agremiação, na qual as mulheres puderam expor suas idéias e registrar suas histórias. A entidade foi fundada em 26 de novembro daquele ano, recebendo o nome de Grêmio Literário “Júlia Lopes de Almeida” do qual foi tesoureira e na gestão seguinte vice-presidente. Foi o primeiro órgão criado no estado de Mato Grosso, cujos objetivos previstos em seu Estatuto eram a emancipação das mulheres mato-grossenses.

No mês subsequente à criação do Grêmio, mais precisamente em 16 de dezembro de 1916, entrou em circulação o primeiro exemplar da revista *A Violeta*. Durante todo o tempo em que circulou, estiveram à frente da direção apenas quatro redatoras, sendo Bernardina uma delas, que atuou de janeiro de 1922 a abril de 1935. Isso fica claro no discurso proferido por Maria Dimpina Lobo Duarte, no dia da sua posse como a nova redatora-chefe da revista.

Depois de treze annos em que, com tanto amor e caridade vem D. Bernardina Rich dirigindo esta revista, substituindo-me, com vantagem, quando por motivos imperiosos obrigavam-me a afastar-me deste encargo, eis me de novo designada para elle, pela nossa digna presidente Maria Muller [...] É porque lhe reconheço nestes méritos o direito que tem de exigir de nós, que, unanimamente a escolhemos para presidir os destinos do Grêmio Júlia Lopes; e ainda mais porque D. Bernardina se encontra assaz sobrecarregada de deveres que lhe impuzeram tantos encargos a que faz jus pelo espírito de trabalho, pelo seu carácter de actividade e pelo seu valor inexcedível no desempenho dos múnus que lhe são confiados, é que aceitei a

direcção da “A Violeta” depositando mais em vós que em mim mesma as esperanças de não fracassar na nossa obra de quase dezenove annos. Neste intento é que vos dirijo esta, a vós todas, redactoras ou não desta revista pedindo-vos auxiliar-me com a vossa collaboração para que eu possa ao menos conservar “A Violeta”, viçosa qual a recebo das hábeis mãos da nossa querida companheira que a dirigia [...]. (A VIOLETA, n. 224, 1935, p. 5).

Também foi uma das fundadoras do *Clube Feminino* espaço de entretenimento, mas, principalmente de manifestações culturais dirigido e representado pelas mulheres. (NADAF, 2005, p.265), diz: “[...] o Clube Feminino integrou a mulher à vida pública, proporcionando-lhe um espaço para desenvolver, [...] o exercício da sociabilização, fato que contribuiu largamente para que se rompesse as barreiras do espaço privado restrito ao lar”.

Em 1934 solicitou a Bertha Lutz, fundadora da *Federação Brasileira pelo Progresso Feminino*, sediada no Rio de Janeiro que instalasse em Cuiabá uma filial. E atendendo ao pedido, Bertha Lutz no mesmo ano fundou a *Federação Mattogrossense pelo Progresso Feminino*. A *Federação Brasileira* batalhou muito em prol dos direitos das mulheres e conseguiram importantíssimas vitórias como, por exemplo, o direito ao voto. Aqui em Mato Grosso foi Bernardina Rich a primeira Presidente da filial desta *Federação*.

Presidente: Bernardina Rich; 1ª. Vice-Presidente: Adelina Ponce de Arruda; 2ª. Vice-Presidente: Maria Dimpina Lobo Duarte; 3ª. Vice-Presidente: Maria de Arruda Müller; 1ª. Secretária: Célia Nunes de Barros; 2ª. Secretária: Elza Bodstein; Secretária de Sócias: Maria Alzira Alderett; Thesoureira: Maria Mansur Bumlai. (A VIOLETA, n. 219, 1934, p.7).

Como Presidente, representava o interesse das mulheres de Cuiabá e de todo estado junto à *Federação Nacional*. Durante esta empreitada foi responsável pelo alistamento eleitoral das primeiras mulheres a votarem no estado de Mato Grosso. Atendia aos pedidos de muitas mulheres que moravam no interior e precisavam de auxilio dos mais diversos, inclusive relacionados aos direitos trabalhistas. Estabeleceu relação direta com os grandes centros do país e procurava sempre manter-se informada solicitando que os boletins da *Federação Brasileira* não tardassem para chegar e que fossem enviados do Rio de Janeiro para Mato Grosso de avião. Assim que os recebia, reunia-se com as associadas e, juntas deliberavam as ações, inclusive a maioria delas registradas na revista *A Violeta* para que a população tomasse conhecimento.

Promoviam cursos, palestras e encontros para informar e conscientizar as mulheres de que eram cidadãs e que seus direitos deveriam ser respeitados. Esteve à frente da *Federação* por oito anos até a sua morte em 19 de julho de 1942. Teve seu nome homenageado em uma

escola em Cuiabá, a *E.E. Bernardina Rich*. O prédio foi demolido e a escola extinta pelo Decreto nº. 556 de 28/07/2011, ficando o nome da digna professora sem esta justa homenagem. Quando do seu falecimento a imprensa dedicou-lhes muitas homenagens.

Nota de falecimento:

Cuiabá recebeu, com grande consternação, a notícia divulgada nas primeiras horas da manhã de domingo, 19, de haver falecido, vitimada por uma terrível moléstia que a acometera, a Professora D. Bernardina Rich, da Diretoria do Grêmio “Júlia Lopes de Almeida” e da Sociedade “Pró-Lázarus”. A testa dessas duas Instituições, a extinta teve oportunidade de prestar os mais relevantes e dedicados serviços à cultura patricia e a obra de filantropia consubstanciada na assistência aos hansenianos. [...] O Instituto Histórico e a Academia Mato-grossense se fizeram representar no ato de seu enterramento por uma Comissão composta dos seus sócios dês. Mesquita, Prof. Firmo Rodrigues e Francisco Mendes, tendo o Presidente da Academia, a Presidente do Grêmio, D. Laurinda Vieira, sentindo pela morte da estimada beletrista cuiabana. Nossos pêsames aos seus parentes e votos a Deus pelo repouso da sua bela alma. (JORNAL A CRUZ, 1942).

Todos os jornais noticiaram seu falecimento.

Faleceu Dona Bernardina Rich

Faleceu no domingo último nesta Capital a venerada Senhora D. Bernardina Rich. O passamento dessa dama repercutiu dolorosamente em todas as classes sociais da cidade. Gozava da melhor estima. Animadora de campanhas sociais memoráveis, diretora de várias instituições de caridade. D. Bernardina Rich se fez creadora do apreço e simpatia da cidade inteira. Protetora das crianças e dos desprotegidos da sorte dedicou todas as horas de sua vida ao magistério e as obras de caridade, principalmente neste último setor, na Liga Cuiabana de defesa contra a lepra, onde deixou traços indelévels de ação filantrópica. O enterramento se verificou às 16 horas do mesmo dia. Foi verdadeira consagração póstuma prestada aos restos mortais da venerada Senhora. Representantes de todas as classes estiveram presentes compartilhando juntos a dor da grande perda. O féretro saiu de sua residência sendo conduzido a Igreja da Boa Morte, onde tiveram lugar os ofícios fúnebres e daí para o cemitério da Piedade. A liga cuiabana de defesa contra a lepra, ao Grêmio Literário “Julia Lopes” e aos seus parentes as expressões de profundo pesar de O Estado. (O ESTADO DE MATO GROSSO, 1942. p.01).

A revista *A Violeta* publicou o discurso que Maria Dimpina realizou no dia de seu sepultamento.

Dona Bernardina Rich. Seu passamento deu-se a 19 de corrente. Assinaram o convite para seu enterro as seguintes associações: Liga Imaculada Conceição, a Liga de Assistência aos Lázarus e Defesa Contra a Lepra, o Grêmio “Júlia Lopes”. Acompanharam o féretro representantes do Exmo. Interventor Federal, Secretário de Estado, de Academia de Letras, do Instituto Histórico, do Exmo. Reverendíssimo arcebispo desta diocese e de outras Instituições. Seu corpo foi retirado pela Sra. D. Adelina Ponce de

VII Congresso Internacional de Pesquisa (Auto)Biográfica

UFMT – Cuiabá – 17 a 20/07/2016

Anais VII CIPA – ISSN 2178-0676

Arruda, Estefania Paes de Barros, Maria Dimpina e Sta. Nali de Siqueira, representantes das Associações acima ditas. Fez o elogio fúnebre ao enterramento, Maria Dimpina: Não seria capaz de desempenhar-me desta dolorosa incumbência não fosse confiar-me na força que me emprestam a religião e a fé. Vida que há precisamente seis lustres corria quase paralela à minha e que se apagou hoje em plena atividade, deixando no seio de nossa sociedade um vácuo de difícil preenchimento. É que D. Bernardina Rich não se especializou neste ou naquele campo de ação. Sua vida e sua atividade abrangiam todos os setores. Qualquer que fosse um obstáculo ela venceria mesmo com sacrifício em nome do seu Estado e da glória de sua Pátria. Distinguiu-se D. Bernardina Rich pela sua indefesa atividade, pelo seu prestígio pessoal, atividade e prestígio de que se serviram muitos oprimidos e fracos, por que sua atividade era de tal forma altruísta que, podemos dizer, cultivava até os extremos essa dedicação pelos outros que chegava muitas vezes a esquecer-se de si mesma. Lecionando como professora de curso primário, dirigindo “A Violeta”, ou fazendo parte das Diretorias do Grêmio Júlia Lopes, da Liga de Assistência aos Lázaros e da Imaculada Conceição, D. Bernardina era como uma fonte de água cristalina e pura, aonde todas nós íamos ter. E ela, qual as velhas árvores de que nos falou Bilac, envelheceu “*Na glória da alegria e da bondade agasalhando os pássaros nos ramos dando sombra e consolo aos que padecem*”. Cumpriu com a morte o destino da humanidade! Foi amiga! Dizemos todas. Diante deste sarcófago que encerra seu corpo, curvemo-nos reverentes, na certeza de que aqui cada uma de nós encontrará de uma lição que aprendemos, um exemplo, que imitar, gratidão e lembrança que devemos carinhosamente conservar, como bens preciosos que nem o tempo apaga e nem o tempo destrói. D. Bernardina! Leva, boa amiga e dedicada companheira, leva ao túmulo nossas lágrimas, as lágrimas de nossa eterna amizade. A tua história não é aquela que vamos deixar consignada nas folhas volantes dos jornais, nem a que a literatura tece e a oratória exprime. A tua história já foi escrita no livro eterno da humanidade onde a justiça ao mérito foi prometida por um Deus Salvador, e ela foi escrita com uma tinta que não desbota e não se apaga, antes brilha para sempre. As lágrimas dos que consolaste, dos pobres a quem protegestes, dos Lázaros que amaste, da mocidade a quem jamais negaste os conselhos de tua prudência e os ditames de tua inteligência sempre moça. Morte gloriosa é o prêmio de uma vida de trabalhos. Valeram-te, elas foram premiadas, na terra com esta consagração merecida que nos consola neste momento ao encerrar teu corpo no sepulcro. Adeus! Até a Eternidade! Bendita consolação dos que crêem e professam a religião Cristã. D. Bernardina em seu leito, enferma, deu um abraço para que eu o entregasse as suas amigas e companheiras. Receba-o quem como tal se considera. (A VIOLETA, n. 288, 1942, p. 11-12).

Bernardina Rich, mulher, negra, professora, intelectual atuante na transição do século XIX para o XX, foi uma “exceção” à regra? Torna-se necessário captar o que sociologicamente significou essa “exceção”, justamente para dar visibilidade aos avanços dos negros ao longo da história. Como afirma (SANTOS, 2007, p. 33) “[...] é a oportunidade de desnudar o mito de que o negro não é ‘capaz’, que ele é ‘inferior’ ao branco, que não ‘serve’ para fazer bem os trabalhos intelectuais”. Para (CRUZ, 2005, p. 23) “A carência de abordagens históricas sobre as trajetórias educacionais dos negros revela que não são os

VII Congresso Internacional de Pesquisa (Auto)Biográfica

UFMT – Cuiabá – 17 a 20/07/2016

Anais VII CIPA – ISSN 2178-0676

povos que não têm história, mas há os povos cujas fontes históricas, ao invés de serem conservadas, foram destruídas nos processos de dominação”.

É fundamental que histórias como essa saiam do silêncio dos arquivos e ganhem publicidade. Quantas outras estão lá, a espera de revelar mulheres, negros, pobres enfim vidas de pessoas que a historiografia vista de cima tratou de excluí-las. Por isso, o resultado deste estudo de caso não pode ser analisado apenas em relação à trajetória individual da professora Bernardina Rich, que conseguiu com muita resistência alcançar um *lugar* que lhe conferiu autonomia e dignidade e com isso fugiu do *lugar* socialmente destinado às mulheres negras, mas, sim, na perspectiva de uma luta diária e contínua feita por todos, a fim de demonstrar que o racismo, apesar de toda sua perversidade não conseguiu apagar a dignidade desses sujeitos que foram protagonistas de sua própria história.

Referências Bibliográficas

AZEVEDO, Cléia Maria Marinho. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites séc. XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

CRUZ, Mariléia dos Santos. Uma abordagem sobre a história da educação dos negros. In: ROMÃO, Jeruse (Org.). *História da Educação do Negro e Outras Histórias*. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes. O legado da “Raça Branca”*. São Paulo: Ática, 1978. v. 1.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*. 49. ed. São Paulo: Global, 2004a.

_____. *Sobrados e Mucambos*. 15. ed. São Paulo: Global, 2004b.

GOMES, Nilma Lino. *Mulheres negras e Educação: trajetórias de vida, histórias de luta*. 2004.

GONDRA, José Gonçalves; SCHUELER, Alessandra. *Educação, poder e sociedade no império brasileiro*. São Paulo: Cortez, 2008.

NADAF, Yasmin Jamil. A Prática sociocultural associativa da mulher em Mato Grosso (segunda metade do século XIX e primeira metade do século XX). In: PERARO, Maria Adenir; BORGES, Fernando Tadeu de Miranda (Org.). *Mulheres e Famílias no Brasil*. Cuiabá: Carlini e Caniato, 2005.

PAULA, Cláudia Regina de. Magistério reações do feminino e da branquidão: a narrativa de um professor negro. In: ROMÃO, Jeruse (Org.). *História da Educação do Negro e Outras Histórias*. Ministério da Educação/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

VII Congresso Internacional de Pesquisa (Auto)Biográfica

UFMT – Cuiabá – 17 a 20/07/2016

Anais VII CIPA – ISSN 2178-0676

SANTOS, Tereza. *Trajetórias de professores universitários negros: a voz e a vida dos que trilham*. Cuiabá: EdUFMT, 2007. (Coleção Educação e Relações Raciais, 2).

SCHUMAHER, Schuma; BRAZIL, Vital Érico. *Mulheres Negras do Brasil*. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2007.

TELLES, Edward Eric. *Racismo à brasileira: uma nova perspectiva sociológica*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Fundação Ford, 2003.

Referências Documentais

A VIOLETA. Cuiabá, n. 219, 1934, p.07. Arquivo Público de Mato Grosso.

_____. Cuiabá, n. 224, 1935, p.05. Arquivo Público de Mato Grosso.

_____. Cuiabá, n. 288, 1942, p. 11 e 12. Arquivo Público de Mato Grosso.

JORNAL A CRUZ. *Nota de Falecimento da Professora Bernardina Rich*. Cuiabá, 26 jul. 1942. Arquivo Público de Mato Grosso.

JORNAL O ESTADO DE MATO GROSSO. *Faleceu Dona Bernardina Rich*. Cuiabá. 21 jul. 1942. p. 01. Arquivo Público de Mato Grosso.

MATO GROSSO. *Processo para provimento da 3ª. Escola do Sexo Feminino da Freguesia da Sé em Cuiabá*. Cuiabá, 1888. Lata D. Arquivo Público de Mato Grosso.

_____. Recenseamento de 1890: Freguesia da Sé - 1º Distrito – Cuiabá Mato-Grosso Brasil. In: PERARO, Maria Adenir. (Coord.). *Levantamento de fontes censitárias: o recenseamento de 1890 em Mato Grosso*. Cuiabá: PIBIC/CNPq/UFMT, ago. 2002/jul. 2003. 1 CD-ROM.

_____. *Relatórios da Instrução Pública de 1913 e de 1921*. Arquivo Público de Mato Grosso.